

## **O perdão, para refundar o caminho europeu**

(texto transcrito e corrigido a partir da intervenção oral)

Quero começar por agradecer o convite que me foi feito para estar aqui convosco. Gostaria de partilhar convosco três temas que me parecem corresponder ao desafio que foi colocado a todos nós – Ana Drago, João Pacheco, Inês Drummond – e também agradeço este convite por ter tido oportunidade de os ouvir.

Os três tópicos que gostaria de trazer para a nossa reflexão são os seguintes:

- Um primeiro, de natureza pessoal;
- Um segundo será uma caracterização e fundamentação (que também prepara o terceiro tópico): um esquiço muito breve do que é a minha visão da Igreja Católica e do seu sulco na História;
- E, finalmente, um desafio, uma proposta que gostaria de deixar.

E este desafio permitirá perceber que, neste encontro, curiosamente venho mais pedir-vos acções, do que oferecer meras ideias, sem contrapartidas práticas...

A pequena nota pessoal prende-se com um aspecto da difusão da informação desta iniciativa; reparei que havia um folheto que dizia: “Escutar a Cidade – a Igreja ouve os não-crentes”. Uma nota sobre esta questão dos não crentes: eu ainda não resolvi a questão daquilo que sou do ponto de vista da minha relação com a religião, com a esfera religiosa, com Deus. Tive uma educação católica numa família muito católica e esses valores evidentemente

ficaram comigo, mas houve um determinado momento em que deixei de ter um interlocutor. Provavelmente aconteceu-me qualquer coisa de semelhante com a experiência partilhada há pouco por João Pacheco: Deus parecia não se preocupar muito com ele (nem comigo).

Mas a verdade é que a expressão “não-crente”, pelo menos para mim, não é muito aplicável, na medida em que o meu estatuto é um estatuto de indecيدido, de alguém que caminha numa ponte, entre margens, coberta de neblina. Penso que o conceito de agnóstico será mais adequado. Aliás, sempre que se fala em agnóstico, também é preciso dizer que os agnósticos têm sempre uma origem, porque não se é agnóstico da mesma maneira. Há muitos anos, recordo-me de uma revista muito interessante – que penso já não existir, uma revista francesa chamada *Autrement* – dedicar um número aos celibatários, perguntando: “*Célibataire avec qui?...*” É um pouco o que acontece com os agnósticos: há uns agnósticos que “são” luteranos, calvinistas, judaicos e outros que são católicos. De certa forma, serei, a essa luz, um agnóstico de proveniência católica.

O segundo aspecto que também se prende com identificação é que, tendo tido uma educação católica na família e tendo lidado muito com a teologia cristã e católica em particular, devido à minha formação filosófica e às áreas profissionais em que trabalho na filosofia, sempre me surpreendeu a forma como por vezes as pessoas se assumem católicas de um modo tão fácil.

A verdade é que, quando atentamos naquilo que é a palavra considerada revelada e também no pensamento teológico dos grandes mestres, dos grandes Padres da Igreja, verificamos que o cristianismo solicita daqueles que dele se reclamam uma intensidade tal que, se os cristãos e os católicos no mundo de hoje fossem tantos como aqueles que aparecem nas estatísticas, este mundo seria um pouco diferente e seria certamente melhor do que é!

Segundo tópico: falar de “Escutar a Cidade”, dos desafios que, de certa forma, a Igreja coloca ou espera dos cidadãos, crentes ou não-crentes. Para o desafio que vou fazer na terceira parte é importante dar-vos, em pinceladas muito largas, a minha representação do que é a relação do cristianismo com a política.

Acontece com o cristianismo o mesmo que acontece com outras instituições ou entidades muito antigas. Por exemplo, o mesmo acontece connosco portugueses: somos um povo com 900 anos e hoje estou cada vez mais convencido que é preciso uma vida inteira para se perceber o que é ser português; e certamente morreremos todos sem perceber muito bem todas as implicações possíveis contidas nessa identidade nacional, que é a nossa.

Da mesma forma com a Igreja, numa instituição com dois mil anos de história e uma projecção universal. Muitas vezes, as pessoas falam dos conceitos de Igreja de uma forma singular – o que efetivamente consagra alguma amnésia e uma redução semântica. O que eu diria é que a Igreja tem uma fortíssima relação com a política, ao contrário de algumas interpretações teológicas – estou a pensar no jovem Hegel que dizia que o cristianismo ensinava as pessoas a serem cidadãos do céu, mas não da terra. Ao contrário disso, julgo que, mesmo nas facetas mais tristes e sombrias da Igreja – da Inquisição, do “*Écrasez l’infâme*” de Voltaire – a política esteve sempre presente. A Igreja Cristã e Católica teve uma experiência extraordinária: é talvez a única grande instituição que vem do tempo do Império Romano...

A queda do Império Romano foi uma experiência traumática, ímpar; não aconteceu nada tão dramático desde a queda desse Império até hoje. Não vamos confundir as crises, os colapsos, com a queda do Império Romano. E a Igreja sobreviveu. Mas, como escreveu uma grande pensadora alemã, judia, naturalizada norte-americana, Hannah Arendt – grande conhecedora do

pensamento de Santo Agostinho – a Igreja refletiu esse trauma na sua teologia através da destrição entre o conceito de eternidade e de imortalidade. Ao conceito de imortalidade, um conceito clássico, grego, veio propor, quase como alternativa, o conceito de eternidade, um conceito especificamente cristão – uma espécie de desgosto ontológico, de desapontamento radical em relação ao mundo. E fê-lo na medida em que a queda do Império Romano foi a queda de uma ordem política e jurídica, que no fundo coincidia com a própria ideia de civilização. Apesar da reabilitação efectuada pelo Romantismo, o longo período de sombra, de barbárie, de lutas da Idade Média correspondeu a uma espécie de desapontamento em relação à possibilidade de se construir qualquer coisa de sólido no mundo.

Esse desgosto com a política, todavia, não demoveu a Igreja de um esforço de capturar, recompor, reconstruir, conservar o que foi a memória do mundo clássico. E isso é extremamente importante. E também não posso cometer o erro de que acuso outros, falando da Igreja cristã de forma singular: julgo que, nas famílias do cristianismo, o catolicismo manteve-se talvez mais fiel do que qualquer outra corrente – seja a calvinista, a luterana ou a ortodoxa – a uma ideia fundamental, também herdada do Império Romano e da tradição clássica do Império, que é a ideia da universalidade.

Aqui, também temos bons exemplos, na medida em que a modernidade que é fundada pela ruptura da Europa – outro trauma da Europa que foi a Reforma – essa modernidade é também marcada pela forma como as novas Igrejas e a antiga Igreja Católica se colocaram perante novos desafios. Examinando numa perspectiva política o comportamento que a nova Igreja Luterana assumiu perante o desafio de justiça, representado pela guerra dos camponeses na Alemanha, em 1525, e a forma como a Igreja, quer de Espanha, quer de Portugal, assumiu

o desafio das Descobertas e das Conquistas de novos mundos, de novos povos, do ponto de vista da justiça, a tese de que não há teologia cristã que não seja teologia revolucionária, só se verifica no lado do catolicismo.

Temos histórias de coragem absolutamente formidáveis: desde António de Montesinos que, em 1511, pouco tempo depois da chegada de Colombo à América, denunciava na própria América espanhola a escravatura, a violência sobre os povos, índios ou ameríndios; até à escola de Salamanca, de Francisco de Vitória; ou a acção de Bartolomeu de las Casas que obrigou o Imperador, Carlos V, a convocar uma Junta de Valladolid (1550-51) para saber se a Espanha deveria, ou não, sair da América porque o que estava em causa era o pecado da conquista, a violência sobre outros homens; até ao nosso António Vieira, defensor dos índios e dos judeus. No fundo, a Igreja tem no seu currículo uma dimensão de abertura ao outro e de luta pela emancipação que nenhum Torquemada pode fazer esquecer.

No passado, e também no século XX e hoje, há uma inspiração teleológica do catolicismo: uma abertura para a luta pela emancipação, para a luta pela autonomia, para a luta pela igualdade, pela liberdade, pela justiça – um conceito fundamental de todo o pensamento político, como muito bem referia há pouco a Ana Drago.

É por isso que me atrevo a fazer a seguinte proposta – é a terceira e última parte da minha intervenção: estamos a viver um momento de enorme gravidade na Europa. Não é um momento, é um período. Podemos, por uma questão de comodidade, considerar 2008 como o ano de partida, embora as coisas já não estivessem muito bem na Europa antes disso. Mas hoje estamos a viver um momento em que as coisas se contam numa cronologia de celeridade e intensidade inusitadas.

Sempre me causou alguma estupefacção que a Igreja Católica se mostre tão cautelosa e tão passiva perante aquilo que está a acontecer na Europa. Ergue a sua voz, e muito bem, para as injustiças que são cometidas nos países emergentes, para o escândalo do Mediterrâneo onde todos os dias se afogam pessoas que procuram um pouco mais de sol, um pouco mais de alento para as suas vidas, mas a verdade é que esta Europa onde estamos, está ela própria em risco de se fragmentar...

Evidentemente que nenhum de nós gosta daquilo que está a acontecer. O drama da Europa, a peça de que fazemos parte e que estamos a assistir há tantos anos, é uma peça que nos faz sofrer. Nós entrámos na peça a pensar que ele seria eventualmente cheia de esperança, festiva, com humor, e no final, neste momento, estamos a viver uma história que começa a ser uma história de terror porque não conseguimos reconhecermo-nos nos personagens que estão em cima do palco. Mas, mais importante do que uma peça boa ou má, é o palco. E o palco é a Europa.

Aquilo que está neste momento em causa é a possibilidade de destruímos o palco que demorou tanto tempo e custou tanto sangue a ser construído. Não são apenas as duas guerras mundiais, não são apenas aqueles exércitos de soldados e civis que marcham na sombra da nossa memória, são todas as guerras europeias que, desde o alvor da modernidade, nos conduziram à construção deste espaço comum sem fronteiras que, em larga medida, a Europa constitui hoje.

Não podemos permitir que os locatários temporários, que os equívocos de *casting* da nossa democracia,— toda a gente se engana, os eleitores também se enganam e muito — destruam um património que os actuais dirigentes não percebem, não compreendem e, sobretudo, não estão em condições de administrar. É por isso que julgo que a Igreja Católica tem uma enorme oportunidade para criar espaços

de discussão sobre a Europa, na medida em que tem uma rede montada há muito tempo na Europa e fora da Europa para colocar o tema do palco, da Europa como palco, da Europa como pátria comum, dos valores comuns.

Suponho que a Igreja Católica não precisa dos meus conselhos para o fazer numa base ecuménica com as outras Igrejas Cristãs e não cristãs, com os judeus, com as comunidades islâmicas. Todos nós estamos interessados em que a Europa não sucumba; em que os actores, que se percebe que não estudaram o suficiente para estarem no palco, não saiam do palco destruindo-o. Existe uma porta constitucional em todas as democracias europeias para quando os actores vaiados poderem sair pacificamente! Não é preciso escavar o palco...

A minha proposta é esta: que a Igreja Católica utilize todas as suas estruturas para dinamizar reuniões que permitam uma discussão sem pressão, uma discussão livre e aberta, sem vozes mais autorizadas do que outras, sobre as grandes questões europeias: o modelo de construção, as questões da assimetria Norte/Sul, as questões da dívida... De modo essas questões que sejam discutidas num ambiente de fraternidade, não percorrido por pulsões agressivas, pelo nervosismo, pelos interesses dos prazos, dos calendários, das ameaças. Isso pode ser feito a vários níveis: em Lisboa, nas paróquias, mas também ao mais alto nível. Eu não queria que esta proposta fosse apenas a que fiz no final do meu livro [*Portugal na Queda da Europa*, ed. Temas e Debates, 2014], que era a de organizar uma grande conferência europeia a partir da iniciativa da Igreja e das Igrejas; penso que podemos fazer mil conferências sobre o tema da Europa.

Hannah Arendt foi buscar ao cristianismo um conceito teológico e deu-lhe uma dimensão política extraordinária (ela é uma pensadora do nosso tempo; só agora é que estamos a perceber a grandeza de uma mulher que morreu em 1975, que aliás passou por Lisboa, aqui viveu a

caminho de Nova Iorque, durante a II Guerra Mundial, entre Janeiro e Maio de 1941): essa transformação do conceito de perdão, da teologia para a política, é extraordinária. Termina com uma pequena evocação dessa metamorfose.

Dizia ela que a política tem duas características fundamentais: a política é imprevisível e é irreversível nas suas consequências. E ela tem toda a razão. Quando um grupo de pessoas, uma comunidade, toma uma decisão – a vida colectiva é sempre acerca de decisões –, quando alargamos a esfera do poder, quando nos coligamos com outros, quando nos organizamos como cidade, como Estado, como união federal, quando fazemos isso, estamos sempre a correr riscos e os resultados são imprevisíveis e também irreversíveis.

Hannah Arendt dizia que, em relação à imprevisibilidade, a única forma que temos de nos precavermos é através da promessa. A promessa é justamente o compromisso que fazemos, apesar da nossa fragilidade, da nossa mortalidade, da nossa incompetência e ignorância – todos temos estas características –, de nos aventurarmos a erguer-nos e a dizer: vamos tentar ir juntos neste caminho! Uma das questões associadas à crise da democracia é que, infelizmente, há pessoas que prometem sabendo que vão trair a promessa. Mas, agora, estamos a falar no plano firme dos princípios, que é a base segura a que temos de regressar quando as ideias se corrompem no mundo da vida.

E que fazer em relação à irreversibilidade? Quando as coisas se fracturaram, quando as coisas se partiram, quando houve vítimas, quando houve feridos, quando as boas intenções terminaram em desastre e em tragédia? O que é que devemos e podemos fazer? É muito curioso que Hannah Arendt, que vinha de uma origem judaica, vai buscar a categoria do perdão e dizer: os cristãos têm um conceito fundamental que é justamente o conceito de



perdão (que, no judaísmo, tem uma acepção completamente diferente).

Politicamente, o perdão permite o recomeço, não é uma atitude de desobrigação do outro em relação à sua culpa. O perdão é um vínculo entre aquele que ofendeu e aquele que foi ofendido, para que ambos possam recomeçar de novo. Neste momento, nesta Europa devastada não apenas pela economia, pelas finanças, mas também pelas agressões constantes à dignidade do outro, pela “antropologia comparada” (para usar a ironia de Adriano Moreira) dos credores contra os devedores, as constantes manifestações e caracterizações de povos como sendo preguiçosos, incapazes, corruptos, etc., perante tudo isso, penso que nessa grande conferência ou nessas mil conferências mais pequenas sobre a Europa, uma das coisas que temos de aprender a fazer é perdoarmo-nos uns aos outros. Para podermos preservar o chão comum europeu, salvar esse palco da Europa, para nele iniciar a tarefa de refundar o sentido e a rota do nosso futuro comum. Sem esquecer a paz e o respeito mútuos, que devem ser o fim e o método de uma verdadeira integração europeia. Que seja motivo de orgulho para todos nós, e uma bênção para o mundo.

Viriato Soromenho-Marques